

A dívida externa pode ser ator coadjuvante?

GAZETA MERCANTIL

Tom Camargo *

No torvelinho da posse do novo presidente da República, a relativa obscuridade de um elemento que até há

pouco era tido como central na explicação das vicissitudes brasileiras parece indicar que a administração recém-inaugurada assumiu uma nova postura diante do mais delicado componente de nosso contencioso externo.

Em seu discurso de posse Fernando Collor de Mello despendeu um total de 54 minutos; apenas 3 referiram-se diretamente à onipresente questão da dívida externa. Ao listar, na abertura de seu pronunciamento, o que chamou de "tópicos essenciais (...) de meu projeto de reconstrução nacional", Collor citou: "democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo".

Como se vê, pelo menos no que tange à técnica do efeito demonstração, o governo está decidido a relativizar a importância da dívida externa não apenas como geradora de constrangimentos financeiros palpáveis para o País, mas também (e isto significa um tipo de coragem política) como justificativa para os percalços de administradores que sentem enorme dificuldade em diminuir o déficit público e por isso debitam às pressões dos credores externos tudo que medra em e é administrado por Brasília. O governo, disse o presidente, não quer confrontação mas também não aceitará que o



pagamento dos juros da dívida condicione as taxas de crescimento do País.

Ainda assim, após 8 anos seguidos de convivência diuturna com as querelas com bancos e governos estrangeiros, passando por uma moratória malsucedida e a recorrente sensação de que todos nossos algozes tinham residência ou na City de Londres ou em Wall Street, é reconfortante constatar que a dívida externa continua sendo vista como tema da maior importância mas não como redutor final de nossas atribulações.

Mas como mostrou o correspondente deste jornal em Londres, em artigo publicado no dia mesmo da posse, entre baixar o tônus da dívida externa no concerto das preocupações governamentais e levar em consideração como ela está inserida na vida real vai uma grande distância. O Brasil, conforme analistas do segundo maior banco britânico, o Natwest, precisará de 15,5 bilhões de dólares em 1990 para equilibrar as contas correntes do balanço de pagamentos, incluindo as linhas de financiamento de curto prazo, vitais para nosso comércio externo. O banco britânico fala também de uma inflação de 3.000% para o ano e de um crescimento do produto interno de apenas 1%.

Isto significa que as relações do Brasil com seus credores externos continuam sendo de vital importância para o sucesso de qualquer programa que vise atacar a enorme massa de problemas que aflige a economia doméstica e que merecerá toda a atenção do novo governo nessas primeiras semanas após sua inauguração. Mas passada esta fase mais aguda de ajustes, logo, em letras garrafais, vermelhas, a dívida externa deverá estar de volta na agenda de Brasília.